
UNIVERSIDADE, RAÇA E JUVENTUDE: UMA ABORDAGEM ACERCA DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

*Vanessa Oliveira de Azevedo Rocha¹
Mônica da Silva Francisco²*

RESUMO

Este artigo aborda a reflexão acerca da permanência de estudantes no Ensino Superior brasileiro, desde a criação dessas primeiras instituições no país. No âmbito das políticas de ações afirmativas no Brasil, discute sobre os avanços traçados por diferentes medidas legislativos, assim como também pela ação dos movimentos negros, no sentido de garantir a diminuição da desigualdade social e o combate ao racismo. Em sua abordagem, o texto apresenta três eixos de discussão. No primeiro eixo, discute como o Estado, por meio da educação contribui para aprofundar os problemas sociais da nação. No segundo eixo, apresenta a importância do papel dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros, na formulação das políticas educacionais. E, no terceiro eixo dialoga sobre a concepção de permanência no Ensino Superior, com enfoque no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e nos conceitos de políticas de permanência e juventude. Conclui destacando o quanto a educação no Brasil contribuiu – e ainda contribui – para o aprofundamento dos problemas sociais, porém ressalta o caráter educativo dos movimentos sociais. Por fim, destaca os avanços, no campo educacional, do programa PNAES e sua importância em garantir a permanência de estudantes pobres no Ensino Superior, tendo em vista seus objetivos propostos.

Palavras-chave: Permanência. Universidade. Ações Afirmativas.

UNIVERSITY, RACE AND YOUTH: AN APPROACH ABOUT PERMANENCE IN TEACHING

ABSTRACT

It addresses the reflection about the permanence of students in Brazilian Higher Education, since the creation of the first institutions of Higher Education in the country. In the context of affirmative action policies in Brazil, it discusses the advances made by different legislative measures, as well as by the actions of the black movements, in order to guarantee the reduction of social inequality and the fight against racism. In its approach, the text presents three axes of discussion. In the first axis, it discusses how the State, through education contributes to deepen the social problems of the nation. In the second axis, it presents the importance of the role of social movements, especially the black movements, in the formulation of educational policies. And, in the third axis it talks about the conception of permanence in Higher Education, focusing on the National Program of Student Assistance (PNAES) and the concepts of policies of permanence and youth. It concludes by highlighting how education in Brazil has contributed - and still contributes - to the deepening of social problems, but emphasizes the educational character of social movements. Finally, you highlight the advances in the educational field of

¹ Doutoranda em Educação (PPGEDUC-UFRRJ). Pesquisa a inserção e permanência de jovens no Ensino Superior. vanessa.rocha@ufes.br

² Doutoranda em Educação (PPGEDUC-UFRRJ). Pesquisa sobre juventudes, educação e negritudes. nycka28@hotmail.com

the PNAES program and its importance in guaranteeing the permanence of poor students in Higher Education, in view of their proposed objectives.

Keywords: Permanence. University. Affirmative Actions.

UNIVERSIDAD, RAZA Y JUVENTUD: UN ENFOQUE ACERCA DE LA PERMANENCIA EN LA ENSEÑANZA

RESUMEN

Aborda la reflexión acerca de la permanencia de estudiantes en la Enseñanza Superior brasileña, desde la creación de las primeras instituciones de Enseñanza Superior en el país. En el marco de las políticas de acciones afirmativas en Brasil, discute sobre los avances trazados por diferentes medidas legislativas, así como también, por la acción de los movimientos negros, en el sentido de garantizar la disminución de la desigualdad social y el combate al racismo. En su enfoque, el texto presenta tres ejes de discusión. En el primer eje, discute cómo el Estado, a través de la educación, contribuye a profundizar los problemas sociales de la nación. En el segundo eje, presenta la importancia del papel de los movimientos sociales, en especial de los movimientos negros, en la formulación de las políticas educativas. En el tercer eje dialoga sobre la concepción de permanencia en la Enseñanza Superior, con enfoque en el Programa Nacional de Asistencia Estudiantil (PNAES) y en los conceptos de políticas de permanencia y juventud. Concluye destacando cuánto la educación en Brasil contribuyó -y aún contribuye a la profundización de los problemas sociales, pero resalta el carácter educativo de los movimientos sociales. Por último, destacan los avances, en el campo educativo, del programa PNAES y su importancia en garantizar la permanencia de estudiantes pobres en la Enseñanza Superior, teniendo en vista sus objetivos propuestos.

Palabras clave: Permanencia. Universidad. Acciones Afirmativas.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a permanência de estudantes negros, em especial jovens, na Universidade, por nós aqui apresentada, reflète a postura das Instituições de Ensino Superior (IES), em relação a esses estudantes, desde sua criação no Brasil até o atual momento histórico em que vivemos.

No âmbito das políticas de ações afirmativas no Brasil, pretendemos discutir sobre os avanços traçados por diferentes medidas legislativas, assim como também pela ação dos movimentos negros, no sentido de garantir a diminuição da desigualdade social e o combate ao racismo.

Nesse sentido, nossa intenção será discutir a concepção de permanência contida nos mecanismos legais das IES, bem como entender como as IES percebem a permanência de estudantes jovens e negros no Ensino Superior.

Assim, apresentaremos, nesse texto, três eixos de discussão da abordagem. No primeiro eixo, discutimos como o Estado, por meio da educação, contribui para aprofundar os problemas sociais da nação. No segundo Eixo, apresentamos a importância do papel dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros. E, no terceiro eixo, dialogamos sobre a concepção de permanência no Ensino Superior, pondo em foco o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os conceitos de políticas de permanência e juventude.

NAÇÃO E EDUCAÇÃO: DO REGIME ESCRAVISTA À REPÚBLICA

Certamente, a estrutura de colonização do país contribuiu fortemente para a criação e o pensamento do sistema educacional brasileiro. Podemos afirmar que a questão econômica caminhou de forma a contribuir para a estratificação social, dualista e mantenedora do modo de produção, no âmbito da produção escravista ou capitalista. Rennan (2006) nos ajuda a compreender esse sistema em sua análise sobre o conceito de nação e as formas de agrupamento nas diferentes sociedades.

No Brasil Colônia, a educação pública era destinada à uma elite branca e com poder econômico. Se considerarmos a Legislação da época, podemos perceber que aos escravos e os pretos africanos (livres ou não) eram negado o direito à educação. Esse destaque dado à política pública já é percebido por Siss (2012). Além disso, isso também é apontado nas pesquisas de outros teóricos da área da educação que discutem as relações étnico-raciais.

É importante entender assim como Romanelli (1984, p.33) que, durante o Brasil Colônia, “[...] a sociedade latifundiária e escravocrata acabou por ser também uma sociedade aristocrática”. A contribuição dada pela sociedade latifundiária e escravocrata visava à manutenção de um sistema excludente.

Com o advento da monarquia no Brasil Império, houve mudanças significativas no que se refere à educação e ao sistema político. Contudo, uma vez já excluídos da sociedade letrada, o abismo social causado pelo sistema dualista de ensino – educação da classe dominante (escolas secundárias e acadêmicas e escolas superiores) e educação do povo (instrução primária e escola profissional) – tornava-se ainda maior.

Corroboramos com Carvalho (1997, p.23) ao apontar que,

A monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras. O problema social da escravidão, o problema

da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado.

Após a proclamação da República, esperava-se do Estado o atendimento da demanda levantada, desde então, pelos afro-brasileiros e negros libertos. Contudo, mesmo com o rompimento do sistema de produção escravista, para eles o acesso à educação pública continuou apresentando resquícios da época da colônia.

Se considerarmos o conceito de Estado tal qual Renan (2006, p. 4; p. 19) afirma ser “[...] a fusão das populações que os compõem”, ou “[...] uma grande solidariedade constituída pelos sentimentos dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda”, podemos entender o porquê das políticas públicas se manifestarem para o segmento de afro-brasileiros e negros de maneira diferente para os brancos. Arriscamos nos dizer que não existe uma nação brasileira, ao contrário, sua (in)existência foi pensada para poucos, não para todos.

O próprio Carvalho (1997, p.32), apresenta uma teoria mais pontual ao definir que a “[...] dificuldade brasileira com os dois modelos de liberdade [...] estava na ausência de um elemento [...] a existência anterior do sentimento de comunidade, de identidade coletiva [...] e que modernamente é o de pertencer a uma nação”.

Em se tratando de Ensino Superior, apoiadas em Siss (2012, p. 17), podemos afirmar com veemência que “[...] os afro-brasileiros sempre demandaram a educação superior”. Mesmo antes da criação das primeiras Universidades (décadas de 1920 e 1930) já é possível observar o número de estudantes brancos em cursos de alto prestígio. Por suposto, isso não é reflexo apenas do mérito, e sim da exclusão.

A educação pública sempre foi defendida como dever do Estado e direito de todos, ou seja, pública, gratuita e socialmente referenciada; assim, a educação foi requerida enquanto política pública e defendida por meio da atuação dos movimentos sociais negros organizados. Aprofundaremos essa ideia e conceitos adiante.

UNIVERSIDADE, MOVIMENTOS NEGROS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A proposta desse tópico é trazer a reflexão acerca do caráter social da Universidade e das conquistas dos movimentos negros que ao longo de décadas foram revertidas em políticas públicas.

Tais políticas possibilitaram uma nova postura social em relação ao combate ao racismo e às desigualdades sociais impostas ao longo dos anos na sociedade brasileira. Evidente que muito ainda precisa ser feito. Contudo é preciso entender que toda política

pública é impulsionada por uma ação da sociedade civil organizada. O Estado apenas sistematiza as solicitações oriundas das entidades e as reverte em políticas. Ou seja, é o “Estado em ação” (HöFLING, 2001).

Além disso, entendemos e diferenciamos os conceitos de Estado e Governo assim como HÖFLING entende que

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

Dependendo da orientação política do governo, a ação do Estado pode ser antevista e fazer parte da plataforma de Governo. No entanto, como vimos acima, em se tratando da questão educacional, as políticas eram propositalmente elitistas.

No que se refere às políticas públicas voltadas para diminuição das desigualdades sociais, podemos ressaltar que o

[...] o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial iniciado em 1996, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, para dar respostas às demandas do movimento negro, apontou a necessidade de o Estado brasileiro adotar políticas específicas de combate às desigualdades raciais (PINHEL, 2012, p. 35).

O Grupo de Trabalho citado é fruto do grande entrave que envolve os movimentos sociais e o Governo Federal, que objetivava a criação de políticas afirmativas específicas para o combate do racismo e desigualdade social.

Corroboramos com Gohn (2012) quando este nos remete à importância do caráter educativo dos movimentos sociais. Essa educação permeia um universo cultural único, definido pelos seus pares com o intuito de requerer que políticas públicas sejam direcionadas para todos.

A partir de então, as políticas públicas, e aqui vamos fazer um recorte das políticas educacionais para o Ensino Superior, se apresentam como o Estado em ação, porém a partir de uma demanda social. É possível observar que essa abordagem, mesmo que reconhecida, não estava inserida na plataforma do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No entanto, destacamos que isso foi um primeiro passo – e de suma importância - para que o Estado fomentasse a implementação de políticas de ações afirmativas para o ingresso nas Universidades Públicas, o que culminou com a aprovação da Lei nº

12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, de estudantes de escolas públicas.

Não iremos nos ater aqui ao teor da política citada e se a mesma atendia a demanda do Grupo de Trabalho. Porém cabe destacar que o debate acerca das cotas sociais com recorte étnico-racial é, sobretudo, um retrato de como o racismo é discutido nas instituições do Estado brasileiro e em sua sociedade. Silveira (2012) nos ajuda a compreender que “[...] as discussões raciais são fundantes do próprio discurso sobre o povo brasileiro,” (SILVEIRA, 2012, p. 93) de cunho histórico e social.

Todavia é preciso notar que, apesar da longa data de criação das Universidades no Brasil, apenas em 2012, essa política de ação afirmativa, voltada para o acesso, se constituiu. Romanelli (1984) também pontua criticamente a concepção aristocrática da criação das Instituições de Ensino Superior. Se nos atentarmos para esse fato, historicamente percebemos a ausência do Estado ou ainda sua in(existência).

Além desse aspecto, no que tange ao processo de criação das universidades e à intencionalidade do acesso a quem lhes era garantido, podemos entender isso como uma política educacional ainda pautada pela questão econômica e política, de maneira a cooperar para o abismo social de um novo modo de produção.

Os avanços da lei de cotas ainda não obtiveram grandes destaques sociais, apenas pontuais. Há de se considerar que ainda será necessário um tempo de estudos desse aspecto, tanto pelas IES quanto pelos cientistas.

O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: TRADUÇÃO, AÇÃO E INTENÇÃO PARA A JUVENTUDE NO ENSINO SUPERIOR

Em se tratando de séculos de desigualdades sociais no contexto educacional brasileiro, elencamos outra política de ação afirmativa que nos auxilia no debate acerca da diminuição das desigualdades sociais por meio do viés educacional.

Proposto pelo Estado no ano de 2010, por meio de um Decreto, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES é voltado para ampliar as possibilidades de permanência do estudante de baixa renda na Universidade.

Seus objetivos compreendem

[...] I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as

taxas de retenção e evasão; e IV -contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Para cumprir esses objetivos, o programa conta com dez ações de assistência estudantil que devem ser desenvolvidas pelas universidades, sendo elas

[...] I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; V - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Alguns teóricos da área de educacional relatam em seus estudos e pesquisas que tais políticas são concebidas enquanto estratégias de atuação de mecanismos internacionais, como o Banco Mundial. Nossa intenção nesse momento é procurar entender, apoiados em outra perspectiva teórica, como tais ações do PNAES, contribuem com a permanência do estudante na universidade.

Nesse sentido, dialogando com a política de acesso, queremos refletir sobre a política de permanência a partir das propostas de atuação dessas políticas por meio do Estado.

Para embasar o conceito de atuação, apoiamo-nos em Ball *et al.* (2016, p.18). O autor se contrapõe ao conceito de “implementação” ao definir que “[...] é geralmente vista tanto como um processo de “cima para baixo” ou de “baixo para cima” de fazer política funcionar, (apud GRANTHAM, 2001, p. 85). Para Ball (2016, p. 18) “[...] a atuação de políticas como um aspecto dinâmico e não-linear de todo o complexo compõe o processo da política, do qual a política”. Nesse sentido, (BALL *et all* 2016, p. 14) ressaltar ser necessário

[...] observar a política [*politics*] em ação, traçando como as forças econômicas e sociais, as instituições, as pessoas, os interesses, os eventos e as oportunidades interagem. Questões de poder e interesses precisam ser investigadas. Assim, a atuação de políticas envolve processos criativos de interpretação e recontextualização – ou seja, a tradução de textos em ação e abstrações de ideias políticas em práticas contextualizadas – e esse processo envolve interpretações de interpretações (APUD RIZVI;KEMMIS, 1987).

Em se tratando do PNAES, fica evidenciada a descentralização das ações. Ou seja, o Estado financia, e a universidade promove mecanismos para inserir as ações da política em suas instituições.

O que de fato se percebe é que a ampliação do acesso à universidade reflete, mesmo antes da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que a mesma ainda está pautada em uma concepção de ensino aristocrática, tendo em vista os objetivos do programa.

Com isso, questionamo-nos o quanto essa juventude, enquanto público alvo, tanto das universidades quanto do PNAES, tem dialogado com os processos de atuação de tais políticas. Tais questionamentos podem e devem ser discutidos nas IES, pois cabe à universidade fomentar o debate sobre como elas interpretam, recontextualizam e traduzem as políticas do PNAES. Por exemplo, como as universidades colocam em prática essa política de ação afirmativa?

Até o momento, as pesquisas que tratam da assistência estudantil no Ensino Superior têm demonstrado grande preocupação com um fato em comum observado: a grande presença da “bolsificação”. Nascimento, em sua pesquisa, aponta que os dados

[...] relacionam-se, predominantemente, aos auxílios ou as bolsas com repasse direto de valor monetário aos estudantes. **Ou seja, a Assistência Estudantil tem se caracterizado reafirmando a centralidade do que tem sendo conhecido criticamente pelos estudiosos da área como bolsificação.** (NASCIMENTO, 2014, p.104, grifo do autor)

Percebe-se que o desafio lançado às universidades na atuação dessas políticas é entender e traduzir as políticas de permanência em diálogo constante com a juventude que ela recebe.

E, em se tratando da juventude que deveria ser alcançada pelas ações do programa PNAES, há que se destacar a juventude preta e pobre que chega no Ensino Superior. Ao nos referirmos ao conceito de juventude, apoiamo-nos em Regina Novaes (2011: 346-347) que afirma:

[...] Quando se fala de política pública de juventude, no singular, a primeira palavra que vem à cabeça é educação. Nesse setor estaria a política pública de juventude por excelência. A promessa de moratória social remete a um período de preparação para a vida adulta, de formação para o mercado de trabalho. Para tanto, deve-se oferecer acesso ao sistema educativo regular e, ainda, criar outras modalidades alternativas, também de responsabilidade do Ministério da Educação, que deem conta de garantir acesso, permanência e certificação[...].

Conforme observamos, estamos nos referindo sempre ao acesso e a permanência, de um segmento da população (do Estado Brasileiro), que vem sendo excluído permanentemente de um direito que deveria ser garantido para todos.

ALGUNS APONTAMENTOS

Nossa intenção neste texto foi de problematizar, ao menos inicialmente, a discussão sobre o conceito de permanência contido nos documentos de referência das Instituições de Ensino Superior do Brasil. Para tanto, apresentamos o texto em três eixos

de discussão. Queríamos demonstrar o quanto a educação no Brasil contribui – e ainda contribui – para o aprofundamento dos problemas sociais. O que não podemos deixar de destacar é que a (in)existência do Estado é o fator que mais corrobora para tanto.

Também ressaltamos o caráter educativo dos movimentos sociais e atuação destes para que o Estado em ação promova a discussão e a criação de políticas públicas, sociais e educacionais com vista a garantir a diminuir as desigualdades sociais.

Por fim, destacamos os avanços, no campo educacional, do programa PNAES e sua importância em garantir a permanência de estudantes pobres no Ensino Superior, tendo em vista seus objetivos propostos.

Acreditamos que as ações do programa possuem grandes dificuldades a serem repensadas, como é o caso da bolsificação. Contudo, pensamos que esse programa é de suma importância para as IES e seus estudantes, se a interpretação das IES puder recontextualizar e traduzir o PNAES, conforme a necessidade de cada instituição e corpo discente.

Apesar do PNAES dizer seu objetivo de maneira clarificada, ele não informa como fazer. É preciso, dessa forma, nos questionar sobre como democratizamos as condições de permanência, como minimizamos os efeitos das desigualdades sociais, como reduzimos as taxas de retenção e evasão, e, além disso, como contribuimos para a inclusão social por meio do Ensino Superior.

Mais uma vez, pensamos que em Ball *et al.* (2016) há muito o que refletir, especialmente sobre os documentos legais. “[...] Esses textos não podem simplesmente ser implementados! Eles têm de ser traduzidos a partir do texto para a ação – colocados “em prática” – em relação à história e ao contexto, com os recursos disponíveis [...]” (BALL *et al.*, 2016, p. 14).

REFERÊNCIAS

BALL, S.J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Lei n. 1, de 1837. *Instrução Primária no Rio de Janeiro*.

BRASIL. Decreto nº 15, de 1839, *Instrução Primária no Rio de Janeiro*.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*. Brasília, DF, jul 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Brasília, DF, ago 2012.

- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- HÖFLING, E. M. *Estado e políticas (públicas) sociais*. In: Cadernos CEDES, p. 30-41, n. 55, 2001.
- NASCIMENTO, A. P. L. *Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe. 2014.
- NOVAES, Regina R. “Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas”. In: Fávero Osmar, Marília Pontes Spósito, Paulo Carrano, Regina Reys Novaes (Org.) *Juventude e Contemporaneidade – (Coleção Educação para Todos; 16).*– 284 p. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.
- NOVAES, Regina R., CARA, Daniel., Moreira, Danilo. “Introdução”. In: NOVAES, Regina R., CARA, Daniel., Moreira, Danilo., PAPA, Fernanda. (Orgs)“*Política Nacional de Juventude – Diretrizes e perspectivas*”. Conselho Nacional de Juventude, Brasília, 2006.
- PINHEL, A. M. Um debate sobre a legislação de cotas nas universidades públicas. In: COSTA, H.; PINHEL, A.; SILVEIRA, M.S. da. *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, p. 35 – 52.
- RENAN, E. O que é uma nação. (Tradução de Glaydson José da Silva). *Revista Aulas: História Cultural em Multimídia – Volume 1 / Agosto 2006 – Disponível em* <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf> . Acesso em 27 de março de 2017.
- ROMANELLI, O de O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- SILVEIRA, M. S. da. Banalização dos argumentos científicos no debate das cotas raciais nas universidades brasileiras. In: COSTA, H.; PINHEL, A.; SILVEIRA, M.S. da. *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, p. 87 – 110.
- SISS. Ahyas. Afro-brasileiros e Educação Superior: notas para debate. In: COSTA, H.; PINHEL, A.; SILVEIRA, M.S. da. *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, p. 14 – 34.